

**ATA**

Aos dezasseis dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice - Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram o Presidente da Câmara e a Vereadora Francisca Abreu, por se encontrarem em representação do Município, tendo as faltas sido consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Abordando o Plano Estratégico de Abastecimento de Água exigiu a responsabilização dos administradores da VIMÁGUA enquanto mandatados pelos acionistas pelo gasto de 2 milhões de euros em tratamento de água, referindo, a propósito, a publicação, no dia de ontem, de um relatório sobre a qualidade da água no primeiro trimestre de 2013 em que apenas uma amostra apresentou valores acima dos paramétricos. De seguida, apresentou um requerimento solicitando cópia dos contratos de cobertura de risco de taxas de juro que a VIMÁGUA celebrou com duas instituições financeiras, em agosto de 2009. -----

2 – Vereadora Alexandra Gesta – a) – Deu conhecimento que na próxima semana estará em Madrid para participar numa

reunião com 23 técnicos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, para transmitir a experiência de Guimarães como cidade Património Cultural da Humanidade; **b)** – Leu, em voz alta, um esclarecimento emitido pelo Presidente da Câmara a propósito da publicação, no jornal Comércio de Guimarães, de uma notícia sobre o Centro de Ciência Viva, cujo teor a seguir se transcreve: “Na sequência das declarações que proferi sobre a abertura do centro de Ciência Viva na última sessão da Assembleia Municipal, veio agora o Serviço de Relações Públicas daquela entidade tentar contraditar o que foi afirmado. Importa, por isso, esclarecer, desde já, que confirmamos todas as declarações, às quais não retiramos uma única vírgula. Perante a tentativa de desmentido, consultei, mais uma vez, os serviços do Município designados para levar à prática os trabalhos e obrigações que à Câmara dizem respeito, e os mesmos reiteraram totalmente o que foi afirmado na Assembleia Municipal. Desde há vários meses que a Câmara não tem tido interlocutor, dada a ausência de contacto e de resposta às nossas tentativas, do Coordenador do projeto, designado pela Direção Nacional da Ciência Viva – Agência Nacional. Perante esta ausência, o Município está impedido de saber o que atrasa a abertura daquele equipamento. Lamento que perante tão grave distanciamento e, apesar da nossa permanente disponibilidade, a Direção da Ciência Viva – Agência Nacional não assuma, de uma vez por todas e de uma forma clara, as razões que a motivam, quanto à não coordenação do projeto, dado que, sem tal assunção, a vontade do Município e da Universidade do Minho não chegam para ser cumprido o que quem de direito, em tempo útil, afirmou e se comprometeu para procedermos à inauguração de um equipamento que foi uma nossa aposta como mais um contributo



para a firmação de Guimarães como cidade da ciência e do conhecimento.” -----

3 – Vereador André Coelho Lima – Comentou o Acórdão do Tribunal de Contas que recusou o visto ao processo de aquisição de terrenos da Cidade Desportiva, divulgado pela comunicação social, referindo alguns aspetos do processo, designadamente os valores a pagar decorrentes da avaliação efetuada. Concluiu, perguntando se o Município iria recorrer deste Acórdão. -----

4 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Referindo, igualmente, o Acórdão do Tribunal de Contas relativo ao processo de aquisição da Cidade Desportiva, disse que a Câmara Municipal deveria fazer um esclarecimento sobre esta matéria; **b)** – Lamentou que o estudo da sustentabilidade económica sobre a Plataforma das Artes e da Criatividade e Centro Histórico de Guimarães não tenha sido disponibilizado aos Vereadores, o que contraria o discurso da maioria socialista que apela à cidadania plena; **c)** – Perguntou, ainda, por que razão não foi dado a conhecer aos Vereadores o relatório da derrocada de terras ocorrido em Mesão Frio, dizendo que achava que a cidadania plena, que tem sido tão falada nas diversas campanhas políticas a que se vai assistindo, só é possível se todos forem informados. ---

5 – Vice-Presidente da Câmara – a) – Sobre a VIMÁGUA disse que o requerimento seria respondido, tendo prestado alguns esclarecimentos sobre o processo. De seguida, e ainda sobre este assunto, leu, em voz alta, um documento remetido pela Diretora Administrativa e Financeira da VIMÁGUA, cujo teor a seguir se transcreve: “A VIMÁGUA celebrou, em 8 de junho de 2009, com o Banco BPI, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. um contrato de financiamento em regime de Project Finance, cujas condições constam do Contrato de Abertura de Crédito e demais Documentos

Financeiros no montante global de 25.200.000 Euros (vinte e cinco milhões e duzentos mil Euros). No âmbito deste financiamento foram disponibilizadas duas linhas de crédito ao abrigo do Contrato de Abertura de Crédito: a linha de longo prazo no valor de 24.000.000 Euros (vinte e quatro milhões de euros); a linha de apoio à tesouraria, na modalidade de conta corrente, no montante de 1.200.000 Euros (um milhão e duzentos mil euros). Esta operação serviu para a VIMÁGUA reestruturar o passivo e financiar o seu programa de investimento. Assim, a VIMÁGUA financiou não só os investimentos já realizados como o plano de investimentos futuros. O regime de financiamento adotado (Project Finance) é baseado num projeto de investimento, no caso da VIMÁGUA em expansão de redes de água e saneamento e infraestruturas de abastecimento de água em alta (estações de captação e tratamento de água, reservatórios e adutoras), em que os cash flows gerados pelo projeto são o principal garante do seu financiamento, ou seja, o financiamento não está suportado em garantias reais da empresa ou dos acionistas. São, portanto, operações estruturadas numa base de risco do projeto a financiar. O prazo contratado para a linha de longo prazo foi de 20 anos, terminando o respetivo pagamento em 15 de março de 2029. Em face do desempenho económico e financeiro da VIMÁGUA positivo, superando as previsões iniciais, constantes do contrato de financiamento, e tendo como objetivo iniciar o pagamento de Contrapartida aos Municípios, o que só poderia ocorrer quando finalizasse o período de carência de capital, inicialmente previsto para 15 de junho de 2015, a VIMÁGUA solicitou aos Bancos a antecipação do fim do período de carência de capital, em condições que lhe permitissem garantir o cumprimento dos rácios financeiros e sem por em causa a viabilidade da empresa e o



pagamento do empréstimo. Esta alteração foi aprovada pelos bancos, tendo-se reduzido o prazo do empréstimo para 15 de setembro de 2026. A taxa de juro contratada para a Linha de Longo Prazo é igual à soma da Euribor a 6 meses e da Margem (Spread) de 2,5%. A Euribor a 6 meses na data de contratação do empréstimo era de 3,1%. Como condição do financiamento, a VIMÁGUA estabeleceu dois Contratos de Cobertura de Risco de taxa de juro (swap), um com o Banco BPI, S.A. e outro com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com um montante global correspondente a dois terços do montante da linha de longo prazo, 16.000.000 Euros (dezasseis milhões de euros) e pelo prazo de 15 anos. Os contratos de swap estabelecidos resultam de uma política de gestão adequada do risco da taxa de juro, que leva a que a VIMÁGUA procure otimizar o balanceamento entre o custo da dívida e a exposição à variabilidade das taxas. Assim, a gestão da empresa protege a sua atividade do risco de variação das taxas de juro, centrando-se na gestão do risco operacional, minimizando o impacto dos riscos financeiros a que estaria exposta com um financiamento de longo prazo. A VIMÁGUA utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela VIMÁGUA. Os Swaps de Taxa de Juros, contratados em 2009, no âmbito do financiamento da VIMÁGUA, são o mais simples que existe no mercado, fixando a taxa de juro em 3,88%. Através destes contratos a VIMÁGUA paga aos bancos a taxa de juro fixa e recebe dos bancos a taxa de juro Euribor a 6 meses. Com este projeto de financiamento a VIMÁGUA antecipou investimentos e garantiu um projeto de investimentos em curso e planeados para os próximos anos, que de outra forma não seria possível. Atualmente a VIMÁGUA tem em dívida, do

empréstimo de longo prazo, cerca de 18 milhões de euros, tendo já pago, em pouco mais de três anos, mais de 6 milhões de euros (6.037.732,74 Euros) e não recorreu à linha de apoio à tesouraria.”; **b)** – Sobre o Centro de Ciência Viva de Guimarães disse que sem a colaboração da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica não é possível concretizar este projeto local; **c)** – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima começou por dizer que o ofício do Tribunal de Contas deu entrada nos serviços da Câmara Municipal no dia 29 de abril de 2013, tendo terminado no dia de ontem o prazo para apresentar recurso. Assim, informou que foi decidido não apresentar recurso do Acórdão do Tribunal de Contas que recusou o visto ao processo de aquisição amigável dos terrenos onde foi construída a Cidade Desportiva, considerando que a decisão beneficia o Município. Referiu, ainda, que o processo de avaliação dos terrenos é da responsabilidade do perito avaliador, que exerce a sua atividade de forma independente, sendo que a única entidade com legitimidade para contrariar essa avaliação seria o Tribunal e não a Câmara Municipal. Acrescentou que o perito confirmou a avaliação após os serviços da Câmara terem solicitado a sua pronúncia quanto ao teor do Acórdão do Tribunal de Contas. Assim, Mostrou-se satisfeito com a recusa de visto, pois, de futuro, as avaliações terão de obedecer sempre à aptidão dos terrenos em função do que refere o Plano Diretor Municipal. Finalizou dizendo que agora iria ser o Tribunal Judicial a decidir quanto ao valor que irá ser pago solicitando que ficasse registada em ata a seguinte **declaração**: “Em 1999, a Reserva Agrícola Nacional autorizou a desafetação (autorização da tutela para utilização dos terrenos em apreço para fins não agrícolas) do terreno para a Câmara Municipal de Guimarães construir os equipamentos desportivos



não tendo este parecer alterado a aptidão agrícola daqueles terrenos no âmbito do Plano Diretor Municipal”; **d)** – Sobre o estudo da sustentabilidade da Plataforma das Artes e da Criatividade e do Centro Histórico de Guimarães disse que tinha sido entendido, ao tempo, dar a conhecer, em primeira mão, ao Governo, considerando a necessidade da gestão dos equipamentos culturais em rede. Disse, ainda, que este estudo deve ser dado a conhecer aos senhores Vereadores e que, neste âmbito, deve ser realizada uma sessão, com a presença do autor do estudo, o Prof. Augusto Mateus. Por último, disse defender que o Governo deve assumir a sua responsabilidade na definição do modelo de sustentabilidade; **e)** – Sobre o relatório da eficiência energética, disse que o mesmo será oportunamente entregue. -----

6 – Vereador Amadeu Portilha – a) - Sobre o relatório da Comissão Técnica que avaliou a derrocada de terras na freguesia de Mesão Frio disse que foi enviado, em primeira mão, aos moradores, principais interessados neste processo, podendo ser solicitado por outras entidades desde que o solicitem por requerimento dirigido ao Presidente da Câmara; **b)** – Sobre a sustentabilidade da Plataforma das Artes, disse que Guimarães não pode ficar à parte do que sucedeu noutras cidades do País, como são os casos do Centro Cultural de Belém e da Casa da Música. A propósito, disse lamentar a retirada de mais de 500 mil euros de financiamento à Cooperativa Oficina por parte da Direção-Geral das Artes. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 63 a 69 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 3 de maio, das seguintes propostas: **a)** - "Medicina no Trabalho -

Autorização Prévia da Assembleia Municipal para Compromisso Plurianual"; **b)** - "Fornecimento Diário/Semanal/Mensal de Periódicos à Biblioteca Municipal Raúl Brandão - Compromisso Plurianual"; **c)** - "Renovação dos Contratos de Manutenção das Unidades de Alimentação Ininterrupta do Município - Compromisso Plurianual"; **d)** - "Recursos Humanos - Concursos para Cargos Dirigentes - Designação de Membros de Júris"; **e)** - "Revisão Orçamental n.º 1"; **f)** - "Proposta para Alteração ao regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços"; **g)** - "CASFIG, EEM - Dispensa de Parecer previsto no art.º 99.º - 2.º, nos termos do art.º 99.º - 6.º do Código das Sociedades Comerciais"; **2** - Dos ofícios da Assembleia Municipal números 62 e 104 que comunicam que a Assembleia Municipal, em sua sessão realizada no passado dia 3 de maio, apreciou as seguintes propostas: **a)** - "Relatório e Contas do Município de Guimarães - Ano de 2012"; **b)** - "Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação - Ano de 2012"; **c)** - "Certificação Legal de Contas"; **d)** - "Relatório e Parecer do Auditor Externo"; **e)** - "Consolidação das Contas do Município de Guimarães"; **f)** - "Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município de Guimarães"; "Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição - Ano de 2012"; **3** - Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de abril, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pata anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA



REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2013 - Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador José Augusto Araújo por não ter estado presente.-----

PROTOCOLOS – ACESSO ONLINE ÀS CERTIDÕES PREDIAIS E INFORMAÇÃO PREDIAL SIMPLIFICADA – Presente a

seguinte informação da Chefe da Divisão do Património Municipal:

“De acordo com o Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de Julho, foram aprovadas diversas medidas de simplificação, desmaterialização e desformalização de atos e processos na área do registo predial, integradas no âmbito do programa SIMPLEX. Com a Portaria n.º 1513/2008, de 23 de Dezembro, foram criadas outras medidas, que entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009, de entre as quais destacam-se as seguintes: A criação de condições legais e tecnológicas para que todos os atos de registo possam ser promovidos através da *Internet*; A possibilidade de solicitar e obter *online* uma certidão permanente de registo predial, em **www.predialonline.mj.pt**. De facto, com a publicação daquela portaria, a **certidão permanente de registo predial** passou a estar acessível e disponível, através da Internet, permitindo a obtenção de informação permanentemente atualizada do registo predial, evitando-se assim a necessidade de se obter essa informação através de certidões em papel. Por outro lado, a disponibilidade desta ferramenta é de grande importância, visto que privilegia a relação custo/benefício, pois implica ganhos para a autarquia em termos de tempo, disponibilização de recursos humanos e sobretudo de encargos financeiros, atendendo a que os custos devidos pela disponibilização do acesso à certidão permanente são reduzidos em cerca de 80% face aos custos do

acesso à certidão em papel do registo predial. Contudo, quando se efetua, online, o pedido de certidão permanente, somente é disponibilizado um código que nos permite visualizar a certidão solicitada a partir do momento em que seja confirmado o pagamento dos montantes devidos, ou seja, para se obter a certidão é necessário proceder ao prévio pagamento do custo a ela associada. Todavia, os nossos procedimentos internos de pagamento não nos permitiam que efetuássemos aquele pagamento de forma quase imediata, o que nos inviabilizava o acesso online àqueles documentos prediais. Porém, está previsto no artigo 7º da indicada portaria a celebração de protocolos com o Instituto dos Registos e do Notariado, quanto à modalidade de pagamento com entidades que utilizem, a um nível elevado, este tipo de serviço. Mais tarde, aquando da publicação da Portaria n.º 54/2011, de 28 de janeiro, tornou-se possível o acesso a um novo serviço: **informação predial simplificada**, que consiste na disponibilização, online, de uma informação não certificada, permanentemente atualizada. À semelhança do anteriormente referido, nos termos do disposto no artigo 7º desta portaria, podem ser estabelecidos, mediante protocolo, a forma de pagamento pelo acesso às informações/certidões prediais acima referidos. Neste sentido, por diversas vezes solicitou-se ao Instituto dos Registos e do Notariado o envio das minutas dos protocolos para pagamento relativo ao acesso às **certidões permanentes de Registo Predial** bem como à **Informação Predial Simplificada**, tendo-nos remetido recentemente tais documentos. Em suma, atendendo a que está em causa uma redução dos encargos com os diversos documentos prediais que a autarquia necessita de ter acesso para tramitação dos diferentes processos da Divisão de Património Municipal, acrescentando



celeridade aos processos, e uma vez que os procedimentos internos de pagamento não permitem o pagamento imediato pelo acesso de toda a informação predial, entende-se que é de todo conveniente a celebração dos protocolos remetidos pelo Instituto dos Registos Prediais e do Notariado, que prevê a faturação das **Certidões Permanentes** e da **Informação Predial Simplificada**, com uma periodicidade mensal. Assim, em caso de concordância superior, deverá ser submetida a deliberação camarária a celebração dos protocolos, conforme minutas que se anexam." As minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES POR EMPRESA DE RESTAURAÇÃO – ANO CIVIL 2014 – Presente a

seguinte informação dos Serviços de Educação: "**1. Objeto:** Aquisição de serviços de fornecimento de refeições em 68 refeitórios escolares por empresa de restauração. **2.**

Considerando que: - A presente aquisição de serviço se destina a assegurar o fornecimento de refeições às crianças e alunos dos vários estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo, no ano civil 2014, e que, como tal, a execução das tarefas associadas a estes serviços requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em fornecimento de refeições em refeitórios escolares, em grande escala; - Os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço junto das escolas; - Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3.**

Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do

art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares por empresa de restauração, considerando os seguintes elementos: a) - a despesa para o ano civil 2014 estima-se em €2.345.565,20 (dois milhões trezentos e quarenta e cinco mil quinhentos e sessenta e cinco euros e vinte cêntimos), acrescida de IVA à taxa legal em vigor. b) - a verba, para fazer face a esta despesa, será inscrita na rubrica 2.1.2.56, referente a refeitórios escolares de jardins de infância e 1º CEB, no orçamento de 2014. c) - o procedimento de formação do contrato será mediante concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b), do número 1, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos. d) - a redução prevista no art.º 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, será aplicada.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÕES RELATIVAS AO MÊS DE ABRIL DE 2013 PARA RATIFICAÇÃO

- Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de abril que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013, que constam do mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO - DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS VETERANOS DE GUERRA

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “No mês de novembro



de 2012, a Delegação de Guimarães da Associação Portuguesa dos Veteranos da Guerra vieram solicitar a doação de equipamento, designadamente 4 cadeiras e 2 computadores, para apetrechar as suas instalações. À data, e após diligências efetuadas nos diversos serviços e no armazém do património, não foi possível atender à pretensão da Associação por indisponibilidade do equipamento solicitado. Sucede que atualmente a autarquia tem à disposição 4 cadeiras que já não satisfazem as necessidades dos serviços municipais, e uma vez que a Associação mantém o interesse na doação deste equipamento, submete-se à consideração superior a doação, à indicada Associação, de 4 cadeiras, tendo sido atribuído o valor unitário de €45,00, conforme avaliação efetuada, ao que corresponde o valor total de €180,00. Em caso de aceitação superior, o assunto deverá ser submetido a aprovação do órgão executivo nos termos da alínea b), n.º 4, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2013/2014 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, é elaborado anualmente, com base nos mapas 2/STE e 3/STE remetidos pelos agrupamentos de escolas e escolas secundárias, o plano de transportes escolares a vigorar em cada ano letivo. Nesse sentido, procedeu-se à elaboração do plano para 2013/2014, que contempla a previsão do número de alunos que irão beneficiar de transporte escolar, bem como dos custos associados. Da análise comparativa do plano de transportes do ano letivo 2012/2013 e o agora elaborado, verifica-se: uma diminuição global de 1502 alunos no transporte em carreira pública, em resultado de

decréscimo do número de alunos matriculados; uma diminuição global de 270 alunos no transporte em circuito especial, pelo facto de não terem sido incluídos no Acordo Camarário celebrado com a Didáxis e o Externato Delfim Ferreira, os alunos do 5º e 6º anos de escolaridade, residentes nas freguesias de Guardizela e Serzedelo, dado as EB2,3 Virgínia Moura e Pevidém terem capacidade para acolher os alunos daquelas freguesias que integram a sua área pedagógica, respetivamente; uma redução de €666.239,64 no valor da comparticipação anual da Câmara, em resultado da alteração da percentagem de comparticipação da autarquia no transporte dos alunos do 10º ano para 50%. Assim, com a publicação da Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, é revogada a Lei nº 85/2009, de 27 agosto, diploma que estabelecia no seu artigo 8º a progressividade da escolaridade obrigatória, e consequentemente a assunção a 100% dos encargos com o transporte dos alunos do 10º ano pela autarquia. Acresce ainda que, conforme mapa geral do plano de transportes, apenas está prevista a comparticipação dos alunos do ensino secundário do Externato Delfim Ferreira, no valor de €1.822,00, dado que os restantes alunos utilizadores de carreira pública pagam, no ato de carregamento do cartão, 50% do passe escolar, sendo as faturas debitadas à Autarquia a 50%. Assim, o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2013/2014, no valor total previsível de €2.750.081,30, deverá, em cumprimento do disposto no ponto 1, artigo 25º do Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, ser presente ao Conselho Municipal de Educação, para emissão de parecer, e, de seguida, ser submetido à aprovação da Câmara Municipal, para ulterior aprovação da Assembleia Municipal. A seguir se apresenta a respetiva repartição de encargos pelas diferentes modalidades de transporte: **setembro a dezembro de**



2013 - €1.078.744,48 - Carreira pública: €820.984,84; Táxi/Ambulância/Carrinha adaptada: €30.332,40; Viaturas de aluguer pesadas (Acordo Camarário com a Didáxis e Externato Delfim Ferreira): €44. 879,24; Viaturas de aluguer pesadas – Concurso público (Reordenamento da Rede Escolar dos alunos do 1º CEB): €182. 548,00. **janeiro a julho de 2014 - €1.671.336,82** - Carreira pública: €1. 231. 477,26; Táxi/Ambulância/Carrinha adaptada: €53. 081,70; Viaturas de aluguer pesadas (Acordo Camarário com a Didáxis e Externato Delfim Ferreira):€67. 318,86; Viaturas de aluguer pesadas – Concurso público (Reordenamento da Rede Escolar dos alunos do 1º CEB): €319. 459,00.” A memória descritiva dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS DE VERMIL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas de Vermil solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para o transporte dos alunos, no próximo dia 3 de Junho, ao Parque da Cidade. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho a 29 de Abril de 2013, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara o referido pedido de apoio, para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EEM - PROPOSTA DE

REALOJAMENTO EM TRÊS HABITAÇÕES VAGAS POR MOTIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO, AÇÃO DE DESPEJO E FALECIMENTO. OCUPAÇÃO DE UMA VAGA EM RESIDÊNCIA PARTILHADA FEMININA E TRANSFERÊNCIA DE EMPREENDIMENTO DE TRÊS AGRAGADOS FAMILIARES –

Presente um ofício da CASFIG, EEM remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de três habitações vagas por motivo de rescisão do contrato de arrendamento, ação de despejo e falecimento, bem como a ocupação de uma vaga em residência partilhada feminina e transferência de empreendimento de três agregados familiares, aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 26 de abril de 2013, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

AÇÃO SOCIAL - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - ABRIL DE 2013 –

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2012 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito d alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL – APOIOS A CONCEDER EM 2013 – Presente a



seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “No seguimento da política definida pela Câmara Municipal de Guimarães no que concerne ao incentivo e ao apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, propõe-se a atribuição de subsídios e o estabelecimento de protocolos de colaboração, no montante total de €49.950,00 (quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta euros), de acordo com a seguinte distribuição por áreas de intervenção: Bandas Musicais - 10.000,00; Grupo Folclóricos - €16.500,00; Grupos de Teatro Amador - €6.400,00; Grupos Corais Associativos - €5.600,00; Grupos de Música Popular - €3.200,00; Academia de Música Valentim Moreira de Sá - €2.000,00; Escolas de Música - €6.250,00; Total - €49.950,00. Mediante a aprovação da presente proposta, serão assinados com os diversos agrupamentos protocolos de colaboração de acordo com as minutas anexas.” As minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**CULTURA – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO E LOCAL –
APOIS FINANCEIROS A CONCEDER NO ANO DE 2013 -**

Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memória colectivas. Pela sua inestimável relevância cultural e turística proponho a atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €100.000,00 (cem mil euros):
1 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO - Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana) - € 75.000,00; Festas das Taipas - S. Pedro (Comissão Organizadora) - €6.800,00; Festas de Pevidém (S. Jorge) (Ass. de Festas de S.

Jorge - Pevidém) - €3.000,00; Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva) - €1.800,00; Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas) - €2.500,00; Danças de S. Nicolau (Ass. dos Antigos Alunos do Liceu Guimarães) - €1.500,00; Festas de S. Tiago (Ronfe) (Comissão Organizadora) - €1.000,00; Festas das Cruzes (Serzedelo) (Comissão Organizadora) - €1.000,00; Romaria Grande - S. Torcato (Irmandade S. Torcato) - €800,00; Linhal da Corredoura (Grupo Folclórico da Corredoura) - €600,00.

2 - FESTAS DE INTERESSE LOCAL - Festas de S. Cristóvão (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas do Dia do Caixeiro (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de Stº António (Cruz de Pedra) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festa do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões) - €600,00; Festas de S. João de Calvos (Lordelo) (Comissão de Festas) - €600,00; Festa de Carnaval Pevidém (Grupo de Teatro do C.C.D. da Coelima) - €600,00; Festas de Nª Sr.ª da Ajuda (Moreira Cónegos) (Comissão Organizadora) - € 600,00; Festas de S. Sebastião - (Serzedo) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de S. Tiago (Lordelo) (Comissão Organizadora) - €600,00; Festas de Nossa Senhora da Luz (Creixomil) (Comissão Organizadora) - €600,00. **Total -**

€100.000,00. Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efectuados após prova documental, por parte das entidades beneficiadas, da respectiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). No caso de comissões de festas e organizadoras constituídas *ad-hoc*, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deve ser requerido pela Junta de Freguesia onde se realiza o evento, com menção expressa do mesmo. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5,000,00 (cinco mil euros) as



entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efectuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----